

IMPERIAL – PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2006

IMPERIAL – PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.

RUA DE SANT'ANA • 4480-160 AZURARA • VILA DO CONDE • PORTUGAL • TEL. +351 252 240 370 • FAX +351 252 240 371 • e-mail: imperial-pa@rar.pt •
<http://imperial.rar.pt>

CAPITAL SOCIAL EUR 2 500 000 • MATRIC. C.R.C. VILA DO CONDE / N.I.P.C. 500 105 359

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	34
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	36

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006.

Não obstante o contexto de retracção generalizada do consumo, particularmente sentida no mercado nacional, a empresa encerra o exercício mantendo uma trajectória de crescimento do seu volume de negócios face ao ano anterior, que cresceu 2,4%, tendo atingido 16,4 milhões de euros. O cash-flow operacional (EBITDA) foi de 1,9 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 4,5% face ao ano anterior, tendo a margem de EBITDA atingido 11,3%, em linha com o ano transacto.

O endividamento bancário apresentou um crescimento de 28%, fruto do investimento na ampliação da unidade industrial e numa nova linha de moldação e embalagem de tabletes e bombons.

O ano de 2006 traduziu-se por um reforço significativo da actividade de marketing da empresa, através de uma forte dinâmica de lançamento de novos produtos no segmento de bombons, que representa o segmento de maior importância no mercado de chocolates.

O ano de 2006 foi igualmente um ano de redefinição da estratégia das marcas Regina e Jubileu, em termos de abrangência de segmentos, imagem e posicionamento, tendo por base a evolução do mercado e o suporte do investimento acima referido, que permitirá apresentar em 2007 novas propostas de valor para o consumidor.

Dando cumprimento ao nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o capital social da Empresa é totalmente detido pela RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.

De acordo com o disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, informa-se ainda que a empresa tem regularizada a sua situação com a Segurança Social.

O Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição dos resultados líquidos do exercício, no valor de 1.155.290 Euros:

- a) para Reserva Legal, 5% correspondentes a 57.765 Euros;
- b) para distribuição de dividendos, o valor de 550.000 Euros;
- c) para Reservas Livres, o remanescente, no valor de 547.525 Euros.

Vila do Conde, 31 de Janeiro de 2007

O Conselho de Administração:

Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira
Manuela Tavares de Sousa
João Alberto de Lima Martins Pereira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2006	2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	4	7.882.334	5.640.518
Imobilizações incorpóreas	5	1.409.689	1.409.207
Activos por impostos diferidos	6	6.342	10.992
Total de activos não correntes		9.298.365	7.060.717
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	7	2.981.249	3.123.263
Clientes	8	5.351.245	5.261.388
Estado e outros entes públicos	8	157.416	184.237
Outras dívidas de terceiros	8	81.250	79.471
Outros activos correntes	9	58.744	86.661
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.566	152.016
Total de activos correntes		8.631.470	8.887.036
Total do activo		17.929.835	15.947.753
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	11	2.500.000	2.500.000
Reservas legais	11	238.340	194.310
Reservas de reavaliação	11	2.806.252	2.792.667
Outras reservas	11	1.367.706	531.147
Resultados transitados		63.820	63.820
Resultado líquido do exercício		1.155.290	880.590
Total do capital próprio		8.131.408	6.962.534
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	13	104.809	137.167
Empréstimos bancários	12	98.915	135.988
Outros passivos não correntes		10.636	10.636
Passivos por impostos diferidos	6	446.093	422.232
Total de passivos não correntes		660.453	706.023
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	12	4.007.472	3.125.805
Credores por locações financeiras	13	92.482	78.690
Fornecedores	14	2.525.875	2.847.668
Outras dívidas a terceiros	15	1.007.665	874.887
Estado e outros entes públicos	15	329.062	191.280
Outros passivos correntes	16	1.175.418	1.160.866
Total de passivos correntes		9.137.974	8.279.196
Total do capital próprio e passivo		17.929.835	15.947.753

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Rute Isabel de Oliveira Coutinho

O Conselho de Administração: Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira, Manuela Tavares de Sousa, João Alberto de Lima Martins Pereira

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2006	2005
Proveitos operacionais:			
Vendas	20	16.423.507	16.032.282
Prestações de serviços	20	5.105	-
Outros proveitos operacionais	21	<u>144.085</u>	<u>160.296</u>
Total de proveitos operacionais		<u>16.572.697</u>	<u>16.192.578</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	22	7.624.916	7.237.686
Variação da produção	22	(283.769)	(114.391)
Fornecimentos e serviços externos	23	4.610.012	4.642.951
Custos com o pessoal	24	2.569.360	2.469.345
Amortizações e depreciações	4 e 5	501.524	443.124
Provisões e perdas por imparidade	17	(47.258)	166.359
Outros custos operacionais	25	<u>194.061</u>	<u>179.180</u>
Total de custos operacionais		<u>15.168.846</u>	<u>15.024.254</u>
Resultados operacionais		1.403.851	1.168.324
Custos e perdas financeiras	26	90.026	50.577
Proveitos e ganhos financeiros	26	<u>323</u>	<u>5.954</u>
Resultado antes de impostos		1.314.148	1.123.701
Imposto sobre o rendimento	27	<u>158.858</u>	<u>243.111</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.155.290</u>	<u>880.590</u>
Resultados por acção:			
Básico	28	<u>0,46</u>	<u>0,35</u>
Diluído	28	<u>0,46</u>	<u>0,35</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Rute Isabel de Oliveira Coutinho

O Conselho de Administração: Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira, Manuela Tavares de Sousa, João Alberto de Lima Martins Pereira

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Recebimentos de clientes		16.186.785	15.775.026
Pagamentos a fornecedores		11.169.902	10.396.640
Pagamentos ao pessoal		2.508.562	2.401.012
Fluxos gerados pelas operações		2.508.321	2.977.374
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		202.641	(310.158)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(869.062)	(1.438.822)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>1.841.900</u>	<u>1.228.394</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		4.970	3.591
Subsídios ao investimento		-	25.144
Juros e proveitos similares		5	-
		<u>4.975</u>	<u>28.735</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		2.673.768	1.605.326
Imobilizações incorpóreas		1.134	1.750
		<u>2.674.902</u>	<u>1.607.076</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(2.669.927)</u>	<u>(1.578.341)</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.100.000	-
Subsídios e doações		11.896	-
		<u>1.111.896</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.114.407	15.129
Amortizações de contratos de locação financeira		100.026	20.948
Juros e custos similares		78.888	49.934
Dividendos		-	500.000
		<u>1.293.321</u>	<u>586.011</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(181.425)</u>	<u>(586.011)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.009.452)	(935.958)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	<u>(2.960.495)</u>	<u>(2.024.537)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	<u>(3.969.947)</u>	<u>(2.960.495)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Rute Isabel de Oliveira Coutinho

O Conselho de Administração: Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira, Manuela Tavares de Sousa, João Alberto de Lima Martins Pereira

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

Notas	Capital social	Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
		Legais	Reavaliação			
11	2.500.000	144.013	2.792.667	448.492	1.159.052	6.581.944
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:						
Aplicação do resultado líquido de 2004:						
Transferência para reserva legal	-	50.297	-	-	(50.297)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	1.108.755	(1.108.755)	-
Resultado líquido do exercício de 2005	-	-	-	-	880.590	880.590
Reserva fiscal ao investimento	-	-	-	(82.655)	-	-
27						
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.500.000	194.310	2.792.667	531.147	880.590	6.962.534
Aplicação do resultado líquido de 2005:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	880.590	(880.590)	-
Transferência para reserva legal	-	44.030	-	(44.030)	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	836.559	(836.559)	-
Resultado líquido do exercício de 2006	-	-	-	-	1.155.290	1.155.290
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	-	13.585	-	-	13.585
6						
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2.500.000	238.340	2.806.252	1.367.706	1.155.290	8.131.408

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Rute Isabel de Oliveira Coutinho

O Conselho de Administração: Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira, Manuela Tavares de Sousa, João Alberto de Lima Martins Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IMPERIAL – Produtos Alimentares, S.A. (“Empresa” ou “Imperial”) é uma sociedade anónima, com sede em Vila do Conde, constituída em 15 de Dezembro de 1932 e que tem como actividade principal a produção de produtos alimentares, confeitaria, chocolates e afins e no comércio, distribuição, exportação e importação de quaisquer bens ou produtos, designadamente alimentares.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2006 tal como adoptadas pela União Europeia.

2.2. Imobilizações corpóreas

a) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são feitas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, para que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo fixo corpóreo, que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes, se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida de resultado líquido do período.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

b) Outras imobilizações corpóreas

As outras imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem a períodos de vida útil que variam entre:

Edifícios	5 a 40
Equipamento básico	4 a 30
Equipamento administrativo	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 32
Outras imobilizações corpóreas	3 a 22

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam em condições de serem utilizadas.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinados como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registados pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.4. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários" no balanço.

2.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

2.9. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2003 e 2006 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.11. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.12. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.14. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido no valor das immobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2006

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiant. por conta imob. corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial	1.216.000	2.548.067	10.693.529	587.103	798.359	93.770	498.995	178.959	388.196	17.002.978
Adições	-	109.616	36.400	75.125	31.563	8.334	7.877	532.015	1.946.416	2.747.346
Alienações	-	(8.152)	(330.814)	(64.325)	(86.900)	(3.918)	(337)	-	-	(494.446)
Abates	-	(26.526)	-	-	-	-	-	-	-	(26.526)
Transferências	-	114.299	452.486	-	-	-	370	(178.959)	(388.196)	-
Saldo final	1.216.000	2.737.304	10.851.601	597.903	743.022	98.186	506.905	532.015	1.946.416	19.229.352
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	-	575.975	9.191.806	423.817	685.258	82.032	403.572	-	-	11.362.460
Amortização do exercício	-	90.093	262.484	108.223	21.239	2.266	16.567	-	-	500.872
Alienações	-	(8.152)	(327.263)	(64.325)	(86.855)	(3.918)	(337)	-	-	(490.850)
Abates	-	(25.464)	-	-	-	-	-	-	-	(25.464)
Saldo final	-	632.452	9.127.027	467.715	619.642	80.380	419.802	-	-	11.347.018
Valor líquido	1.216.000	2.104.852	1.724.574	130.188	123.380	17.806	87.103	532.015	1.946.416	7.882.334

2005

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiant. por conta imob. corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial	1.216.000	2.475.675	10.733.871	580.105	806.599	83.330	472.476	-	8.900	16.376.956
Adições	-	112.476	782.308	54.404	62.031	10.440	26.519	178.959	379.296	1.606.433
Alienações	-	-	(130.394)	(47.406)	(70.271)	-	-	-	-	(248.071)
Abates	-	(40.084)	(692.256)	-	-	-	-	-	-	(732.340)
Saldo final	1.216.000	2.548.067	10.693.529	587.103	798.359	93.770	498.995	178.959	388.196	17.002.978
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	-	527.969	9.789.297	387.612	730.732	80.137	384.278	-	-	11.900.025
Amortização do exercício	-	88.090	225.159	83.611	24.797	1.895	19.294	-	-	442.846
Alienações	-	-	(130.394)	(47.406)	(70.271)	-	-	-	-	(248.071)
Abates	-	(40.084)	(692.256)	-	-	-	-	-	-	(732.340)
Saldo final	-	575.975	9.191.806	423.817	685.258	82.032	403.572	-	-	11.362.460
Valor líquido	1.216.000	1.972.092	1.501.723	163.286	113.101	11.738	95.423	178.959	388.196	5.640.518

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.06	31.12.05
Equipamento de transporte	130.021	163.073

O imobilizado corpóreo em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Edifícios e outras construções	489.577	88.184
Equipamento básico	15.795	90.775
Outras imobilizações corpóreas	26.643	-
	<u>532.015</u>	<u>178.959</u>

Os adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas apresentavam, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Edifícios e outras construções	80.500	26.485
Equipamento básico	1.865.916	361.711
	<u>1.946.416</u>	<u>388.196</u>

Os saldos incluídos em "Imobilizado em curso" e em "Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas" respeitam, essencialmente, ao investimento em nova unidade industrial e nova linha de moldação e embalagem de tabletes e bombons.

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	2006		
	Propriedade industrial	Software	Total
Activo Bruto:			
Saldo inicial	1.472.020	1.972	1.473.992
Adições	-	1.134	1.134
Saldo final	<u>1.472.020</u>	<u>3.106</u>	<u>1.475.126</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	64.466	319	64.785
Amortização do exercício	-	652	652
Saldo final	<u>64.466</u>	<u>971</u>	<u>65.437</u>
Valor líquido	<u>1.407.554</u>	<u>2.135</u>	<u>1.409.689</u>

	2005		
	Propriedade industrial	Software	Total
Activo Bruto:			
Saldo inicial	1.472.020	222	1.472.242
Adições	-	1.750	1.750
Saldo final	1.472.020	1.972	1.473.992
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	64.466	43	64.509
Amortização do exercício	-	276	276
Saldo final	64.466	319	64.785
Valor líquido	1.407.554	1.653	1.409.207

O saldo da rubrica "Propriedade industrial" inclui custos com direitos sobre marcas de produtos produzidos e/ou comercializados pela Empresa, os quais, por terem vida útil indefinida, não são amortizados, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Diferença na base tributável de imobilizado	6.342	10.992	(86.083)	(48.637)
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	(360.010)	(373.595)
	6.342	10.992	(446.093)	(422.232)

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	2006	2005	2006	2005
Saldo inicial	10.992	19.348	(422.232)	(393.421)
Efeito em resultados (Nota 27):				
Diferença na base tributável de imobilizado	(4.172)	(8.356)	(39.215)	(28.811)
Efeito da alteração da taxa de imposto	(478)	-	1.769	-
Sub-total	(4.650)	(8.356)	(37.446)	(28.811)
Efeito em capital:				
Varição da taxa - reavaliações de imobilizado	-	-	13.585	-
Sub-total	-	-	13.585	-
Saldo final	6.342	10.992	(446.093)	(422.232)

7. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.146.550	1.638.072
Mercadorias	188.692	129.477
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	36.913	32.093
Produtos acabados e intermédios	1.623.358	1.344.409
	<u>2.995.513</u>	<u>3.144.051</u>
Perdas de imparidade acum. em existências (Notas 17 e 22)	(14.264)	(20.788)
	<u>2.981.249</u>	<u>3.123.263</u>

8. CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Clientes, conta corrente	5.439.996	5.261.388
Clientes de cobrança duvidosa	76.309	212.318
	<u>5.516.305</u>	<u>5.473.706</u>
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 17)	(165.060)	(212.318)
	<u>5.351.245</u>	<u>5.261.388</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	20.636	20.636
Imposto sobre o valor acrescentado	136.780	163.601
	<u>157.416</u>	<u>184.237</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Outras dívidas de terceiros:		
Outros devedores	56.463	62.716
Adiantamentos a fornecedores	24.787	16.755
	<u>81.250</u>	<u>79.471</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

9. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Seguros pagos antecipadamente	29.092	38.962
Despesas com eventos a realizar	13.413	25.286
Rendas pagas antecipadamente	3.665	3.588
Outros custos diferidos	12.574	18.825
	<u>58.744</u>	<u>86.661</u>

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Numerário	1.248	1.248
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	318	150.768
Caixa e equivalentes de caixa	1.566	152.016
Descobertos bancários (Nota 12)	(3.971.513)	(3.112.511)
	<u>(3.969.947)</u>	<u>(2.960.495)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

11. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social está representado por 2.500.000 acções ordinárias, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de um Euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa é integralmente detida pela RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.

A Empresa era totalmente detida pela NUTRIGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Em 30 de Novembro de 2005, esta empresa entrou num processo de dissolução/liquidação, pelo que, a Empresa passou a ser totalmente detida pela RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A..

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável e no âmbito das revalorizações do imobilizado efectuadas a partir do final do exercício de 2002, líquida do correspondente passivo por imposto diferido (Nota 6). De acordo com a legislação vigente em Portugal, as reservas resultantes de reavaliações legais não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Nos termos do Decreto-Lei nº 23/2004, de 23 de Janeiro, a Empresa procedeu no exercício de 2005 à dedução ao imposto sobre o rendimento declarado relativo ao exercício de 2004 de uma reserva fiscal ao investimento no montante de 82.655 Euros, correspondente a 20% da colecta apurada naquele exercício. Visando o cumprimento do previsto no Artigo 9º do supra-mencionado Decreto-Lei, foi constituída uma reserva especial no montante correspondente à dedução acima mencionada incluída na rubrica "Outras reservas". De acordo com o número dois do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2004, de 23 de Janeiro, esta reserva especial não pode ser utilizada para distribuição aos accionistas antes do fim do quinto exercício posterior ao da sua constituição, sem prejuízo dos demais requisitos legais.

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade financiadora	31.12.06			31.12.05			Última prestação	Periodicidade da amortização
	Montante utilizado			Montante utilizado				
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente		
POE 1.2 - SIME A	48.670	14.408	34.262	63.078	13.294	49.784	Set-09	Semestral
POE 1.2 - SIME A	86.204	21.551	64.653	86.204	-	86.204	Mar-09	Semestral
	134.874	35.959	98.915	149.282	13.294	135.988		
Descobertos bancários (Nota 10)	-	3.971.513	-	-	3.112.511	-		
		4.007.472	98.915		3.125.805	135.988		

Os empréstimos classificados como não correntes são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.06	31.12.05
2007	-	34.845
2008	60.233	61.348
2009	38.682	39.795
	98.915	135.988

13. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2006	-	84.307	-	78.690
2007	98.731	78.586	92.482	75.299
2008	71.683	52.011	68.848	50.859
2009	30.333	11.289	29.444	11.009
2010	6.603	-	6.516	-
	207.350	226.193	197.291	215.857
Juros futuros	(10.059)	(10.336)	-	-
	<u>197.291</u>	<u>215.857</u>	197.291	215.857
Componente de curto prazo			(92.482)	(78.690)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>104.809</u>	<u>137.167</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

14. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

	31.12.06	31.12.05
Fornecedores, conta corrente	2.407.561	2.838.909
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	118.314	8.759
	<u>2.525.875</u>	<u>2.847.668</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Conselho de Administração entendeu que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

15. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Outras dívidas a terceiros:		
Fornecedores de imobilizado	-	1.548
Empresas do grupo (Nota 19)	487.766	212.276
Rappel concedido a clientes	369.917	488.689
Outros credores	149.982	172.374
	<u>1.007.665</u>	<u>874.887</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	212.049	60.435
Contribuições para a segurança social	41.516	41.402
Retenções de imposto sobre o rendimento	66.022	76.925
Outros	9.475	12.518
	<u>329.062</u>	<u>191.280</u>

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Acréscimos de custos:		
Acções de loja a pagar a clientes	370.625	406.960
Devoluções previsionais	355.453	370.978
Custos com o pessoal	314.214	253.416
Rappel de crescimento a pagar a clientes	38.970	82.811
Outros custos a pagar	86.789	33.810
	<u>1.166.051</u>	<u>1.147.975</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao investimento	9.367	12.891
	<u>9.367</u>	<u>12.891</u>
	<u>1.175.418</u>	<u>1.160.866</u>

17. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.05	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final 31.12.06
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 7)	20.788	-	-	(6.524)	14.264
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 8)	212.318	78.192	-	(125.450)	165.060
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros	-	-	-	-	-
	<u>233.106</u>	<u>78.192</u>	<u>-</u>	<u>(131.974)</u>	<u>179.324</u>

Rubricas	Saldo inicial 31.12.04	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final 31.12.05
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 7)	15.012	20.788	-	(15.012)	20.788
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 8)	391.659	183.950	(363.291)	-	212.318
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros	2.579	-	-	(2.579)	-
	<u>409.250</u>	<u>204.738</u>	<u>(363.291)</u>	<u>(17.591)</u>	<u>233.106</u>

As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do correspondente activo.

A variação das perdas de imparidade relativas a existências estão registadas na rubrica de "custos das vendas" (Nota 22).

18. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As responsabilidades por garantias prestadas, que não figuram no balanço durante os exercícios de 2006 e 2005 podem ser detalhados como segue:

	31.12.06	31.12.05
Por processos fiscais em curso:		
Repartição de Finanças de Vila do Conde	120.034	120.034
Outros:		
IAPMEI	17.035	190.242
API - SIME	106.336	106.336
Shell Portuguesa	-	7.482
Direcção Geral das Alfândegas	608	608
	<u>244.013</u>	<u>424.702</u>

A empresa tem em curso um processo fiscal relativo a liquidação do IRC e Derrama do exercício de 1996 e correspondentes juros compensatórios, no valor de 87.293,71 Euros, essencialmente decorrente da caducidade da tributação pelo lucro consolidado de 1996, cujo perímetro de consolidação incluía a Nutriger – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (então casa-mãe) e a Imperial – Produtos Alimentares, S.A., para além de outras empresas, para o qual foi interposta impugnação judicial e foi constituída garantia bancária no valor de 120.034 Euros.

19. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2006 e 2005 podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	6.857	58	1.457.613	1.518.475
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	105	10	306.786	283.239
ColepCCL Portugal – Embalagens e Enchimentos, S.A.	2.603	-	183.787	113.676
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	56.465	39.503
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	-	591	759.074	710.472
RAR – Imobiliária, S.A.	953	86	58.257	43.070
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	49.096	40.814
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	888	816	160.320	151.080
	<u>11.406</u>	<u>1.561</u>	<u>3.031.398</u>	<u>2.900.329</u>

Transacções	Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	2.297	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.297</u>	<u>-</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.343	86	301.777	99.883
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	141	-	50.865	38.140
ColepCCL Portugal – Embalagens e Enchimentos, S.A.	-	-	66.981	45.048
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	10.000	2.694
RAR – Imobiliária, S.A.	495	121	-	-
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	6.575	3.111
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	873	615	-	5.209
	<u>2.852</u>	<u>822</u>	<u>436.198</u>	<u>194.085</u>

Saldos	Outras dívidas a receber/(pagar)	
	31.12.06	31.12.05
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	12
RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	38.691	6.085
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	47	-
SIEL, SGPS, S.A.	(487.766)	(212.276)
	<u>(449.028)</u>	<u>(206.179)</u>

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	2006	2005
Remuneração fixa	89.914	87.803
Remuneração variável	80.862	58.080
	<u>170.776</u>	<u>145.883</u>

20. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2006 e 2005 foram como segue:

	31.12.06	31.12.05
Vendas:		
Mercado interno	13.249.383	12.275.765
Mercado intracomunitário	1.573.818	2.156.105
Mercado externo	1.600.306	1.600.412
	<u>16.423.507</u>	<u>16.032.282</u>
Prestações de serviços:		
Mercado externo	5.105	-
	<u>16.428.612</u>	<u>16.032.282</u>

21. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Proveitos suplementares	114.090	32.748
Benefícios de penalidades contratuais	-	443
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	5.423	3.592
Subsídios ao investimento	3.561	28.668
Sinistros	-	2.675
Correcção exercícios anteriores	-	1.119
Diferenças de câmbio	10.930	22.131
Outros	10.081	68.920
	<u>144.085</u>	<u>160.296</u>

22. CUSTO DAS VENDAS E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

	2006		2005	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	129.477	1.638.072	193.997	1.181.412
Compras	1.271.782	5.855.899	1.173.284	6.442.277
Regularização de existências	71.452	-	50.065	-
Existências finais	188.692	1.146.550	129.477	1.638.072
Perdas de imparidade (Nota 7)	-	(6.524)	(20.788)	(15.012)
Custos do exercício	1.284.019	6.340.897	1.267.081	5.970.605

A rubrica "Variação da produção" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	2006		2005	
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos. desp., resíduos e refugos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos. desp., resíduos e refugos
Existências iniciais	1.344.409	32.093	1.234.374	27.736
Existências finais	1.623.358	36.913	1.344.409	32.092
Variação da produção	278.949	4.820	110.035	4.356

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2006 e 2005, pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Subcontratos	21.853	25.308
Electricidade	202.427	171.912
Combustíveis	60.560	53.213
Material de escritório	26.217	28.687
Rendas e alugueres	59.829	61.820
Comunicação	65.137	60.112
Seguros	49.460	61.682
Transportes de mercadorias	557.705	663.460
Deslocações e estadas	153.899	130.987
Comissões	85.151	87.052
Honorários	12.320	30.818
Contencioso e notariado	46.375	49.179
Conservação e reparação	145.094	190.476
Publicidade e propaganda	2.022.674	1.979.062
Limpeza, higiene e conforto	40.831	49.715
Vigilância e segurança	60.513	60.328
Trabalhos especializados	861.139	820.353
Outros	138.828	118.787
	<u>4.610.012</u>	<u>4.642.951</u>

24. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Remunerações órgãos sociais	156.942	132.460
Remunerações do pessoal	1.844.171	1.761.592
Encargos sobre remunerações	394.496	375.231
Seguros	18.458	15.960
Encargos com saúde	91.065	78.543
Cantina	29.537	30.673
Formação	7.918	20.396
Outros custos com pessoal	26.773	54.490
	<u>2.569.360</u>	<u>2.469.345</u>

Durante os exercícios de 2006 e 2005 o número médio do pessoal foi de 146.

25. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Impostos	38.668	30.578
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	3.587	-
Quotizações	5.205	4.532
Multas fiscais	1.307	81
Multas não fiscais	301	884
Ofertas e amostras	15.896	18.107
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8.845	18.382
Serviços bancários	5.386	5.418
Desconto de pronto pagamento concedido	101.889	92.070
Outros	12.977	9.128
	<u>194.061</u>	<u>179.180</u>

26. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	74.249	40.743
Relativos a contratos de locação financeira	7.995	6.763
Relativos a empréstimos a empresas do grupo	2.297	-
Outros	33	443
	<u>84.574</u>	<u>47.949</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.142	870
Outros custos e perdas financeiras	2.310	1.758
	<u>90.026</u>	<u>50.577</u>
Resultados financeiros	<u>(89.703)</u>	<u>(44.623)</u>
	<u>323</u>	<u>5.954</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos:		
Outros	5	30
Diferenças de câmbio favoráveis	318	5.924
	<u>323</u>	<u>5.954</u>

27. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Imposto corrente	319.922	303.866
Imposto diferido (Nota 6)	42.096	37.167
Crédito de imposto	(203.160)	(97.922)
	<u>158.858</u>	<u>243.111</u>

O crédito de imposto em 2006 é justificado pela atribuição, em 2006, de um crédito fiscal ao investimento decorrente de actividades de I&D realizadas durante os exercícios de 2002 e 2003, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial. O saldo desta rubrica, em 2005, é essencialmente justificado pela decisão tomada em 2005 de constituir reserva fiscal ao investimento (Nota 10).

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.06	31.12.05
Resultado antes de impostos	1.314.148	1.123.701
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	(68.941)	(243.228)
Resultado base para cálculo de imposto	1.245.207	880.473
Deduções:		
Reversão de provisões	(53.782)	(2.579)
Mais/menos-valias contabilísticas	(5.460)	(3.592)
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estim. para impostos	(203.160)	-
Benefícios fiscais	(2.602)	(2.266)
	<u>(265.004)</u>	<u>(8.437)</u>
Acréscimos:		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	125.531	118.438
Provisões não aceites fiscalmente	-	66.989
Multas	1.308	1.019
Menos-valias contabilísticas	3.587	-
Mais/menos-valias fiscais	370	1.796
40% do aumento das reintegrações resultantes da reav. imob. corpóreo	11.382	16.968
Outros	11.718	3.171
	<u>153.896</u>	<u>208.381</u>
Resultado tributável	1.134.099	1.080.417
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	27,50%	27,50%
Imposto calculado	311.877	297.115
Tributação autónoma	8.045	6.751
Impostos diferidos	42.096	37.167
Crédito de imposto	(203.160)	(97.922)
Imposto sobre o rendimento	<u>158.858</u>	<u>243.111</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em custos no exercício de 2006, o montante de 319.921 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal. O saldo líquido a pagar à SIEL, SGPS, S.A. no final do exercício ascende a 319.401 Euros e resulta do imposto do exercício (319.921 Euros) e da retenção na fonte (520 Euros).

28. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados líquidos por acção foram calculados tendo em consideração o número de acções acima apresentado mas considerando os resultados calculados como segue:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Resultado		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	1.155.290	880.590
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluídos	<u>1.155.290</u>	<u>880.590</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	2.500.000	2.500.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>2.500.000</u>	<u>2.500.000</u>

29. DIVIDENDOS

De acordo com deliberação na Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 24 de Março de 2006, não foram distribuídos dividendos em 2006, enquanto em 2005 foram distribuídos 500.000 Euros.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Vila do Conde, 31 de Janeiro de 2007

O Conselho de Administração:

Vergílio Manuel da Cunha Folhadela Moreira
Manuela Tavares de Sousa
João Alberto de Lima Martins Pereira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Imperial – Produtos Alimentares, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 17.929.835 Euros e capitais próprios de 8.131.408 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.155.290 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Imperial – Produtos Alimentares, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único da
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Imperial – Produtos Alimentares, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves